

No Bloco de Esquerda gostamos de nos reencontrar assim, depois de alguns dias mais calmos, aproveitar a energia reposta para trocar ideias, com tempo e sem a pressão do quotidiano político. Discutir o mundo, o que há para fazer o que está a ser feito. Este fórum de ideias - o nosso Socialismo - tem sido em cada ano um ponto de situação do percurso feito e a fazer nas mais variadas áreas e uma incubadora de novas ideias e projetos. Não nos esquecemos de tantos debates, alguns até iniciados aqui, por vezes caricaturados ou mal compreendidos, mas que acabaram por fazer o seu caminho e chegaram a influenciar a mudança da nossa vida coletiva.

Não está tudo pensado e decidido. É-nos exigida a coragem de novas questões, novas soluções, novos riscos. O nosso caminho - o da estratégia socialista contra a exploração e todas as opressões -, exige o máximo e promete o melhor de nós.

Agradeço à escola que nos acolheu, aos funcionários e funcionárias da escola que aqui estiveram connosco estes dias, aos intérpretes que nos acompanharam para que todos e todas pudessem participar, à equipa que montou este Fórum, à distrital do Bloco de Aveiro e a todos e todas as militantes, voluntários e voluntárias, que possibilitaram que estes debates decorressem da melhor maneira.

Foi um fim-de-semana intenso, com 52 painéis de debate e workshop, dinamizados por 98 oradores. Este foi um dos Fóruns Socialismo mais participado de sempre, pela primeira vez tivemos mais de 500 participantes inscritos.

Muitas pessoas vieram pela primeira vez. Que bom que vieram. Gostámos muito de partilhar estes dias convosco. Espero que tenham gostado de aqui estar. Temos muito trabalho para continuar a fazer em conjunto.

Agradeço muito especialmente a todas as pessoas que propuseram e dinamizaram debates, especialistas, amigos, ativistas de dentro e de fora do Bloco de Esquerda. É para nós importante ter contado com o pensamento, a crítica, o comentário de quem, estando noutros partidos ou não estando em nenhum partido, constrói alternativa à esquerda, luta por direitos de sempre, arrisca as novas questões de que se faz progresso e modernidade. António Mariano, do sindicato dos Estivadores, Eugénio Rosa, Alfredo Barroso, Maria Antónia Almeida Santos, João Cravinho, Júlio Machado Vaz, Alexandra Oliveira, e tantos e outros, a cada um e cada uma que aqui partilhou connosco estes dias, Obrigada.

Permitam-me que destaque em particular oradores de outros países que fizeram mais uns quilómetros para aqui estar: Raquel Monton, da Greenpeace, que nos veio falar da central nuclear de Almaraz, o economista espanhol Eduardo Garzon e a investigadora francesa Catherine Samary, com quem conversámos sobre a Europa,

o euro, a crise humanitária, crise de refugiados, Jean Wyllys do PSOL, que nos falou da situação na América Latina e no Brasil - Fora Temer - , e ainda Manuel dos Santos e, via skype porque está impedido de sair do país, Luty Beirão, ativistas pela democracia em Angola.

Os partidos definem-se também pela forma como se relacionam com os outros. Sentimo-nos bem ficando de fora do congresso do MPLA e por dar aqui o espaço e a palavra a quem luta pela democracia em Angola. Nenhum interesse, nenhum negócio, nos faria esquecer o essencial: Liberdade já.

Nos debates que fizemos, do ambiente à finança, da precariedade à saúde, da habitação à ciência, da alimentação à cultura, do internacionalismo à educação, da infância às pensões, dos direitos à dívida, uma preocupação foi transversal: que instrumentos temos nós para mudar o que tem de ser mudado? Que condições políticas para uma alternativa? Que soberania popular para resistir à chantagem financeira?

E a preocupação é certa porque o caminho é muito estreito. Nalguns pontos parece mesmo bloqueado. A chantagem europeia, a ortodoxia neo-liberal e austeritária dos tratados e instituições europeias, a perda de soberania na moeda e no sistema financeiro, ou seja, a perda da democracia, pesa sobre cada passo que se tenta dar na construção de uma alternativa económica e social em Portugal. A nossa tarefa é pois desbloquear e abrir o caminho.

Existe hoje uma relação de forças política e uma maioria parlamentar, que, com todas as dificuldades, tem dado passos importantes. À inevitabilidade do empobrecimento - prometida pela direita - contrapomos um compromisso para parar o empobrecimento e resgatar a dignidade. É no aprofundamento desse compromisso que se encontra a chave para resistir à chantagem da finança e responder às pessoas.

Sim, é um caminho trabalhoso e cada dia é um bico d'obra. Mas sabemos porque fazemos este esforço e gostamos desta luta, estamos satisfeitos com os resultados até agora: aumento do Salário Mínimo Nacional, restituição dos salários cortados, reposição dos feriados, fim do congelamento das pensões, parar privatizações e, não menos importante, respeito pelas mulheres, por todas as famílias, fim da vergonha dos exames para crianças do 4º e 6º ano. Um ar bem mais respirável.

As coisas nem sempre correm bem, por vezes são anunciadas medidas que desconhecemos e que nos surpreendem, como a do número de executivos da CGD, mas respondemos sempre sem esconder as diferenças e com espírito construtivo.

A direita - e que sorte tem este governo com esta oposição de direita! - só tem como bandeira voltar o mais depressa possível ao tempo dos cortes de salários e pensões, à política de assustar os reformados e trabalhadores. A direita resume-se a esconder a sua política e anunciar o desastre do país. Recusar o desastre que a direita profetiza exige de todos uma outra forma de fazer política. Este tem de ser o tempo de políticas sólidas, consistentes, com continuidade, bem preparadas e, por isso, com sucesso.

O país sabe que o Bloco de Esquerda é uma garantia de estabilidade. Temos cumprido cada palavra do acordo que assinamos. E que ninguém duvide: enquanto se cumprir este compromisso com o povo português que parar a austeridade e o empobrecimento, com medidas para servir o emprego, os salários e pensões, não será o Bloco a provocar crise política, instabilidade ou incerteza.

Não tem sido fácil: já houve surpresas, Banif, ameaça de sanções, dificuldades na Caixa Geral de Depósitos, indefinição no Novo Banco, manobras do Banco de Portugal, mas vejam o que têm em comum: o responsável foi sempre o sistema financeiro, a banca e a Comissão Europeia. Quando o governo hesitou ou quando recuou, no caso do Banif ou da segunda resolução do BES, do Bloco veio sempre uma alternativa prática, tecnicamente forte e realizável. Não aceitamos que encerrem o país numa jaula de rendas e favores à finança.

É com essa determinação que olhamos para o mais importante debate que agora começa: o Orçamento do Estado para 2017.

Sabemos das pressões para que o caminho que se iniciou com as eleições de Outubro seja rompido. Bem ouvimos como Dijsselbloem, presidente do eurogrupo, ficou desiludido quando a multa a Portugal foi cancelada. Sempre que há problemas com a banca alemã (e os problemas com o Deutsche Bank estão bem longe de estar resolvidos), Schauble atira sobre Portugal. O recente encontro Merkel, Renzi e Hollande apenas promete mais chantagem contra a periferia e em Setembro, inicia-se novo episódio da novela das sanções contra Portugal. A Comissão Europeia começa o debate com o Parlamento Europeu para a suspensão de fundos estruturais a Portugal e não vai ser uma luta fácil. Pela nossa parte, a Marisa Matias, que será uma das eurodeputadas na comissão negocial, garante que alguém se vai bater por Portugal. Mas a ameaça de sanções sobre os fundos estruturais é apenas uma das muitas formas de pressão do diretório europeu para condicionar o Orçamento do Estado para 2017.

Nenhuma chantagem pode fazer-nos perder a clareza das nossas razões. Diziam-nos, no último orçamento, que os cortes nas pensões eram inevitáveis e nem pensar em restituir salários. Provou-se que assim não era. Disseram-nos que o

país não aguentaria três meses sem novas medidas de austeridade. Já lá vai quase um ano. Juraram que a Caixa Geral de Depósitos teria se ser parcialmente privatizada para ser recapitalizada, foram derrotados. A direita apostou tudo na Comissão Europeia e no fanatismo da DGCOM que sempre usou como desculpa para privatizar o que só podia ser público. Depois de milhares de milhões de euros público a limpar bancos privados, forçar uma recapitalização por privados da Caixa Geral de Depósitos seria mais um assalto da finança internacional ao nosso país. Ficariam com o nosso banco, o nosso dinheiro, o nosso instrumento para financiar economia. Ao invés, a recapitalização pública é respeito pela soberania. É agora necessário transparência, prestação de contas, responsabilização pelos erros passados, responder pelos trabalhadores. E mais que tudo, aqui estaremos para exigir que o plano estratégico da Caixa sirva o emprego, a economia, a coesão territorial. O investimento público ao serviço do país. Vale a pena defender Portugal.

Este é um trabalho que exige mobilização de todos e todas quantos no nosso país não se resignam ao empobrecimento e à mediocridade da direita. E reclama o pensamento, os contributos, a criatividade de quem mais sabe. No próximo mês de Outubro, quando se inicia o debate orçamental no Parlamento e haverá tanto para fazer, no debate na generalidade mas certamente também na especialidade, nas propostas em cada sector e área de intervenção, queremos que o debate não exclua ninguém. O Bloco de Esquerda está a preparar desde já uma conferência, coordenada pela Mariana Mortágua, sobre que Orçamento queremos para Portugal. Contamos convosco, sejam ou não do Bloco. No Bloco de Esquerda sabemos como ganhamos quando ouvimos quem trabalha em cada sector, quem estuda os caminhos em cada área, e não dispensamos ninguém.

Sabem o caminho que temos feito e que continuamos a fazer. Temos um acordo para parar o empobrecimento em Portugal e é esse o compromisso que nos guia. Em 2017 é essencial responder pelas pensões e atualizar o Indexante de Apoio Social, que está congelado desde 2009 e com isso penaliza mais quem menos tem. O caminho de recuperação de rendimentos não pode abandonar quem trabalhou toda uma vida nem deixar de fora as maiores vítimas da crise e da austeridade. Este terá também de ser o orçamento de combate ao privilégio, para proteger o que é de todos. A coragem de terminar com rendas aos colégios privados e reforçar a Escola Pública tem de se estender ao sector da saúde, onde a excessiva contratualização com privados tem minado o Serviço Nacional de Saúde. 2017 terá de ser o ano do combate às rendas. Na saúde como na energia, onde só a determinação no combate ao rentismo de uns poucos pode garantir a necessária baixa do preço da energia para todos.

E é preciso olhar o futuro e o emprego.

As posições conjuntas que permitiram uma nova maioria parlamentar apontam, essencialmente, para medidas a aplicar em 2016 e 2017. Queremos cumprir tudo e tudo nos prazos. Se o fizermos estaremos nas melhores condições para aprofundar uma estratégia para a segunda metade da legislatura que seja capaz de lançar políticas de crescimento, financiar investimento e termos que medir o sucesso pelo único critério que importa: emprego, e não se trate de estágios em que os trabalhadores pagam para trabalhar.

O emprego, o trabalho e as condições do trabalho, são a nossa maior preocupação. Não podia ser de outra forma; os abusos, a precariedade extrema, e mesmo a mais flagrante ilegalidade nas relações laborais, são a vergonha nacional com que nos confrontamos quotidianamente. Reconstituir direitos do trabalho é sem dúvida um dos pilares do acordo que fizemos e, em boa medida, o que mais oposição tem tido, mesmo dentro do país. Não desistiremos deste caminho.

Em janeiro de 2017 o Salário Mínimo Nacional será de €557. Esta trajetória de aumento é essencial, num país em que tanta gente, mesmo trabalhando a tempo inteiro, não consegue sair da pobreza. Garantir o aumento do salário mínimo nacional, que abrange mais de um milhão de trabalhadores no nosso país, deve ser acompanhado de outras medidas essenciais para combater a precariedade - temos de acabar com o abuso do falso trabalho temporário, falsos estágios, falso trabalho voluntário, das tantas formas de exploração a que estão sujeitos tantos trabalhadores e trabalhadoras em Portugal -, e é essencial reativar a contratação coletiva e com ela a valorização das profissões, das carreiras, dos salários.

Ouvimos a CIP - a confederação patronal da indústria - dizer em junho que o Bloco era um perigo porque atacava os empresários. Enganou-se. O Bloco ataca quem abusa dos trabalhadores. E por isso nos orgulhamos da lei contra o trabalho forçado, que combate também alguns dos abusos do trabalho temporário, e apenas temos a lamentar que os maiores patrões em Portugal tudo tenham feito para tentar travar essa lei. Deixem-nos ser absolutamente claros: quem põe a economia em perigo em Portugal não é quem, como o Bloco, defende os direitos de quem trabalha. Quem ataca a economia são aqueles patrões que não sabem mais do que jogar sujo e abusar de quem trabalha.

Não temos nenhuma dúvida, porque os sinais são claros: os grandes grupos económicos que atuam em Portugal tudo tentarão para boicotar um acordo que defende quem vive do seu trabalho. Das confederações patronais às energéticas, todos esperam que nada mude para que possam manter a situação de privilégio em que têm vivido. Esse privilégio tem sido também o empobrecimento do país. Combater o privilégio é parte essencial de um caminho viável para o nosso país. Justiça na economia, respeito por quem trabalha, é o que guia o Bloco de Esquerda.

Desengane-se quem pense que o Bloco de Esquerda se acomoda ao que foi feito até agora ou que a chantagem europeia diminui o alcance dos acordos que foram feitos. O nosso compromisso é com o fim do empobrecimento. Nenhum passo atrás e nenhuma transigência com os passos para dar e que fazem parte do compromisso comum da maioria parlamentar. Aumento do Salário Mínimo Nacional, atualização das pensões e das prestações sociais, justiça fiscal, combate às rendas de privilégio na energia e na saúde, combate ao abuso laboral e à precariedade. Esse é o caminho que faremos. Essa é a garantia do Bloco de Esquerda. Esse é o nosso trabalho. Difícil? Sim. Desistimos? Nunca.

Termino como comecei. Obrigada a todos e todas por aqui estarem, pelo vosso incansável empenho, pela vossa convicta determinação na construção do Socialismo. Temos muito trabalho pela frente. Vamos a ele.